



Comissão quer abertura total do setor aéreo ao capital estrangeiro

Genildo Magalhães/Agência Senado



Especialistas que elaboram o anteprojeto de um novo Código Brasileiro de Aeronáutica decidiram incluir no texto a permissão de que 100% do capital das empresas aéreas seja aberto a grupos externos, ante os atuais 20%

A proposta aprovada ontem pela Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica terá de receber o aval de outros setores do Senado, como a Consultoria Legislativa, antes de se transformar em projeto de lei. De acordo com o

presidente da comissão, Georges Ferreira, a abertura do capital não causaria prejuízos ao mercado aéreo brasileiro, já que o país dispõe de órgãos reguladores da atividade econômica. Segundo ele, a abertura poderia ser feita de forma gradual. **4**

Aviões no aeroporto de Brasília: especialistas propõem maior presença da empresas estrangeiras no setor aéreo nacional

Calendário da Agenda Brasil deve sair hoje **3**

Especialista pede nova estratégia contra violência **6**

Parlamentares começam a examinar LDO **3**

Sergipe adere a ação por mulheres na política **2**

CPI do Futebol ouve jornalistas sobre denúncias **4**

Comissão quer concluir análise de reforma política **5**

Congresso se reúne amanhã para votar vetos

Pauta inclui temas polêmicos que trancam a pauta, como flexibilização do fator previdenciário, novo Código de Processo Civil e regulamentação da fusão de partidos. Sessão conjunta vai começar às 11h.

Ainda não está previsto exame do veto integral ao projeto de lei que reajusta salários de servidores do Judiciário em até 78,56%. **3**

Protesto mostra insatisfação, dizem senadores

As manifestações em todo o Brasil no domingo contra o governo federal são um sinal, avaliaram senadores, de que o brasileiro quer mudanças para o país vencer as crises econômica e política. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, é hora de ouvir as ruas e propor soluções concretas, como os projetos da Agenda Brasil. **5**

Nova legislação para incêndios pode ser concluída este mês

Debate na Comissão de Direitos Humanos lembrou a tragédia na boate Kiss, em Santa Maria (RS). Presidente do colegiado, Paulo

Paim pretende que projeto que aumenta rigor na prevenção de incêndios seja votado em Plenário até a semana que vem. **7**



Paulo Pimenta e Paulo Paim com Malheiros (C), que perdeu uma filha na Kiss

Pedro França/Agência Senado



O procurador Rodrigo Janot e o senador Renan Calheiros

Votação de Rodrigo Janot deve ser feita no dia 26

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que pretende submeter ao Plenário a recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na quarta-feira da semana que vem, mesmo dia da sabatina na Comissão de Constituição e Justiça. **2**

Jonas Pereira/Agência Senado

especial Cidadania Quer ser um jovem senador?

As escolas têm até sexta-feira para enviar as redações dos alunos para as secretarias estaduais de Educação. O autor da melhor

redação de cada estado participará do Projeto Jovem Senador, que inclui três dias de atividades no Senado. **8**



Os jovens senadores de 2014 discutem no Plenário os projetos que eles próprios apresentaram

Jefferson Ruy/Agência Senado

Intenção do presidente do Senado é que a recondução do procurador-geral da República seja decidida no mesmo dia em que o postulante a novo mandato for sabatinado em comissão

Renan quer que indicação de Janot seja votada no dia 26

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que pretende colocar a recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em votação no Plenário da Casa na quarta-feira da semana que vem. No mesmo dia, pela manhã, ocorrerá a sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Há um esforço, que eu novamente asseguro, de votarmos em Plenário a indicação do nome no mesmo dia em que ele for sabatinado. As coisas estão caminhando normalmente, dentro do que se esperava — garantiu Renan.

A afirmação foi feita após uma reunião de Renan com

Janot durante a tarde de ontem. Segundo Renan, o encontro foi um passo importante do processo de recondução do procurador-geral da República.

— É muito bom que as instituições conversem. Janot repetiu exatamente o que fez na vez anterior, quando fez questão de conversar com o Senado — explicou.

Serenidade

Renan declarou que a normalidade e a serenidade da recondução do procurador-geral da República são responsabilidades do Congresso no atual momento político do país.

— Tudo que precisar ser feito pelo Legislativo para que

sinalizemos com normalidade neste momento de preocupação nacional será feito.

Janot não falou com a imprensa após a reunião.

A mensagem presidencial com a indicação do procurador-geral para um segundo mandato já está na CCJ e tem relatório favorável de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A leitura do relatório será feita amanhã na comissão.

Na sessão seguinte, acontecerá a sabatina na CCJ. Logo após, na mesma sessão, o relatório será votado pela comissão e depois encaminhado ao Plenário. São necessários 41 votos para a aprovação de Janot.



Maria do Carmo Alves (4ª à esq.) e Vanessa Grazziotin (3ª à dir.) se reúnem com lideranças locais na assembleia sergipana

Campanha por mulheres na política chega a Sergipe

A campanha da bancada feminina do Senado por mais mulheres na política foi lançada ontem em Aracaju, em audiência na Assembleia Legislativa de Sergipe.

Por iniciativa de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, representada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o ato reuniu lideranças políticas locais e entidades dos movimentos sociais.

Maria do Carmo, primeira mulher no Brasil a ser eleita senadora por três vezes con-

secutivas, lamentou o fato de a bancada de deputadas federais de Sergipe não contar com nenhuma representante e a bancada estadual ter apenas quatro mulheres no total de 24 parlamentares.

— Nós temos atualmente em Sergipe somente 14 % de prefeitas e vereadoras. Em Aracaju, são apenas duas as representantes na câmara municipal. Está em nossas mãos mudar esse quadro a partir das eleições de 2016 — disse a senadora.

Vanessa conclamou a sociedade a aderir à caravana

nacional em favor da aprovação da PEC da Mulher (PEC 98/2015), que pode ser votada pelo Plenário do Senado hoje.

— Estamos irmanadas, mulheres e homens, pelo fim da cultura patriarcal de segregação das mulheres, que limita a presença delas nos espaços de poder — afirmou.

O pedido da audiência foi da deputada estadual Goretti Reis (DEM) e contou com o apoio do presidente da Casa, Luciano Bispo, e das quatro deputadas da bancada feminina, além de entidades, como a União Brasileira de Mulheres.

Nota pública

A Presidência do Senado divulgou ontem nota em que ressalta a autonomia da Casa para propor caminhos para a nação

Compete privativamente ao presidente da República a indicação de autoridades para compor os tribunais superiores.

Sem inverter funções, cabe ao Senado Federal a sabatina e aprovação das autoridades escolhidas pelo Poder Executivo.

Reitero que o modelo político baseado em nomeações está exaurido, devendo ser substituído por discussões programáticas, como a Agenda Brasil.

Desta forma, sendo independente e não interferindo em indi-

cações desta natureza, o Senado Federal mantém sua autonomia para criticar, melhorar, rejeitar e propor caminhos para a nação sem nenhuma relação de subordinação com o Executivo.

Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Apae será homenageada em sessão especial no Senado

O Senado fará uma sessão especial na quinta-feira em homenagem à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), que completa 61 anos de fundação. A data também marca o início da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

A Apae é uma organização sem fins lucrativos que atende principalmente pessoas com deficiência intelectual ou múltipla acima dos 14 anos. O objetivo é proporcionar inserção, educação profissional, acompanhamento

no trabalho e atendimento sócio-ocupacional a essas pessoas.

No Brasil, atuam mais de 2 mil Apaes. Juntas, elas formam o que é considerado o maior movimento do mundo em prol da pessoa com deficiência intelectual.

Para Telmário Mota (PDT-RR), a homenagem é justa. O senador destacou a influência da entidade desde que foi criada, em 1954:

— A aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência é um grande exemplo, mas é preciso avançar mais.



Apae São Caetano do Sul/SP

Objetivo das Apaes, como a de São Caetano do Sul (SP), é aumentar inclusão

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PRESIDÊNCIA Paulo Skaf

9h Renan Calheiros comparece à abertura do seminário Diálogos Estratégicos: a reforma tributária do PIS-Cofins, no Instituto Brasileiro de Direito Público. Às 11h, recebe o presidente da Fiesp, Paulo Skaf; às 11h30, Vanessa Grazziotin e Federação Brasileira das Empresas Lotéricas; às 12h, o presidente do PDT, Carlos Lupi. Às 16h, ordem do dia.

CCT Dados pessoais

9h Audiência pública interativa para instruir projeto sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais.

CMA Educação ambiental

9h30 Reunião deliberativa com 15 itens. Entre eles, consta o projeto que estabeleça a Política Nacional de Educação Ambiental.

CPI DO FUTEBOL Audiência

10h Comissão faz audiência pública interativa com os jornalistas esportivos Juca Kfourri, Jamil Chade e José Cruz.

CAE Sigilo bancário

10h Na pauta de 16 itens, texto que limita a 30 dias prazo para fornecimento de sigilos bancários.

CPI DO CARF Redação de proposta

11h Comissão se reúne para discutir a redação da PEC do Carf.

CE Seguro para atletas

11h Em pauta, projeto que exige contratação de seguro para atletas e treinadores de futebol para poderem competir.

CMO LDO 2016

14h Comissão Mista de Orçamento discute, entre outros, projeto que dispõe sobre diretrizes da Lei Orçamentária 2016.

PLENÁRIO Reoperação de folha

14h Na pauta, projeto que reoperação de pagamentos de empresas de 56 setores da economia e propostas aprovadas pela Comissão da Reforma Política.

REFORMA POLÍTICA Eleições

14h30 Comissão analisa texto que modifica aspectos do atual sistema político-eleitoral.

MP 676/2015 Cronograma

14h30 Comissão que avalia planos de benefícios da Previdência Social analisa plano de trabalho e requerimento.

MP 675/2015 Tributos bancários

14h30 Comissão que analisa tributação sobre bancos examina relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211

Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso analisa vetos polêmicos amanhã

Flexibilização do fator previdenciário, novo Código de Processo Civil e regulamentação da fusão de partidos estão entre os temas a serem analisados pelos parlamentares

DEPOIS DE CINCO meses sem analisar vetos presidenciais, o Congresso vai se reunir amanhã às 11h para votar textos polêmicos que trancam a pauta, incluindo vetos à flexibilização do fator previdenciário, ao novo Código de Processo Civil e à regulamentação da fusão de partidos.

Ainda não está prevista a deliberação sobre o veto integral (VET 26/2015) ao projeto de lei que reajusta os salários do Poder Judiciário em até 78,56%. No entanto, há expectativa de uma manifestação de milhares de servidores para a inclusão do veto na pauta do Congresso.

A justificativa da presidente Dilma Rousseff é que o projeto geraria impacto financeiro de R\$ 25,7 bilhões para os próximos quatro anos, ao fim dos

quais passaria dos R\$ 10 bilhões por exercício, “contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal na gestão de recursos públicos”.

Processo civil

Ao texto do novo Código de Processo Civil (CPC) aprovado pelo Congresso foram aplicados sete vetos. Dos dispositivos vetados (VET 5/2015), o que envolveu maior controvérsia foi a possibilidade de conversão de uma ação individual em coletiva. O mecanismo do artigo 333 foi adotado para regular situações em que o interesse que motiva a ação individual afeta igualmente um grupo de pessoas ou mesmo toda a coletividade — por exemplo, ações contra planos de saúde.

Um dos primeiros projetos

da reforma política, aprovado pelo Congresso no dia 3 de março, sofreu veto parcial (VET 6/2015): o que exige pelo menos cinco anos de existência para partidos políticos que queiram se fundir (PLC 4/2015). O objetivo do projeto é evitar a criação de legendas apenas para driblar o instituto da fidelidade partidária.

O veto de Dilma recai sobre o artigo 29 da Lei dos Partidos Políticos. Ela foi contra estender a partidos oriundos de fusão a permissão garantida às novas legendas, que podem receber detentores de mandatos antes filiados a outros partidos no prazo de 30 dias desde o registro sem que isso acarrete perda do mandato desses novos integrantes.

A deliberação sobre vetos



Servidores do Judiciário fazem manifestação contra o veto ao projeto de reajuste

tem sido adiada desde março. A última tentativa de votação ocorreu no dia 15 de julho, mas, por falta de quórum, o Congresso encerrou a sessão. — Eu espero que o presiden-

te Renan mantenha a rotina que ele vinha estabelecendo de votação de vetos para evitar que eles se acumulem. Nós já temos mais de 30 proposições esperando uma decisão definitiva do Congresso. Vota a favor, vota contra, mantém, derruba, mas vota — disse o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

A última vez que o Congresso fez sessão para apreciar vetos foi no dia 11 de março. Durante cerca de 12 horas, os parlamentares decidiram manter os vetos presidenciais em 316 dispositivos constantes de nove projetos de lei enviados à Presidência da República para sanção, entre os quais os vetos de 1 a 4, de 2015.

— Além de questões como a dos aposentados, a do fator [previdenciário] e de outros, nós temos que votar também a questão do Aerus. Só depois de votar os vetos é que nós poderíamos votar a proposta — afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS).

Destaques na pauta da sessão conjunta

- Veto 7/2015** — Veto total ao PLC 114/2013, que incluiu dispositivos sobre campanhas educativas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Veto 8/2015** — Veto parcial ao Projeto de Lei do Congresso 13/2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Houve exclusão de tabela incluída na Lei Orçamentária de 2015 que zerava repasses do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) para São Paulo.
- Veto 10/2015** — Veto parcial à lei que beneficia servidores de ex-territórios.
- Veto 11/2015** — Veto parcial ao PLC 2/2015, sobre o Marco da Biodiversidade.
- Veto 13/2015** — Veto parcial ao Projeto de Lei do Senado 406/2013, que ampliou a aplicação da arbitragem.
- Veto 14/2015** — Veto parcial ao Projeto de Lei do Senado 224/2013 — Complementar, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.
- Veto 15/2015** — Veto parcial ao PLV 5/2014, oriundo da MP 663/2014, que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos que o BNDES poderá emprestar com subvenção econômica da União.
- Veto 16/2015** — Veto total ao PLS 572/2011, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno.
- Veto 17/2015** — Veto total ao Projeto de Lei 322/2010, que altera a Lei 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ e produtor DJ (disc jockey).
- Veto 18/2015** — Veto parcial ao Projeto de Lei do Congresso 3/2015 (oriundo da Medida Provisória 665/2014), que alterou a Lei 7.998/1990, que regula o Programa Seguro-Desemprego e Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- Veto 20/2015** — Veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão 6 (oriundo da Medida Provisória 668/2015), que elevou PIS-Cofins de produtos importados.
- Veto 21/2015** — Veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara 12/2015 (PL 5.627/2013, na Casa de origem), que altera regras relativas à ocupação de terrenos de marinha.
- Veto 22/2015** — Veto total ao Projeto de Lei da Câmara 88/2013 (PL 5.171/2013, na Casa de origem), que permite registro de natimorto com nome e sobrenome.
- Veto 23/2015** — Veto parcial ao Projeto de Lei do Senado 6/2003. Entre os dispositivos vetados, os que estabeleciam cotas para pessoas com deficiência em instituições de ensino e empresas.
- Veto 24/2015** — Veto total ao Projeto de Lei da Câmara 103/2014 (PL 7.578/2010, na Casa de origem), que dá nova redação ao artigo 27 da lei que trata do patrocínio do Instituto Geiprev de Seguridade Social.

Renan apresenta hoje calendário de votação da Agenda Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pretende apresentar hoje um calendário de análise dos projetos que compõem a Agenda Brasil, conjunto de propostas para ajudar na retomada da economia. Ele ressaltou, no entanto, que a prioridade é o projeto que volta a cobrar a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de 56 setores produtivos (PLC 57/2015), que deve ser votado hoje. O texto tramita em regime de urgência e tranca a pauta do Plenário.

— Esse ponto é fundamental ao Brasil. Temos que pensar no Brasil do futuro — disse Renan sobre o texto, o último dos projetos do ajuste fiscal do governo.

Com a votação, será aberto o caminho para a análise dos projetos da Agenda Brasil, proposta por Renan na última

semana. O objetivo é sugerir ao governo caminhos e prioridades para o enfrentamento da crise econômica. A agenda, que dominou a discussão política da semana, tem quatro eixos: melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura; equilíbrio fiscal; reforma administrativa e do Estado e proteção social.

A lista de propostas já recebeu contribuições de senadores e dos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa. O objetivo de Renan é estabelecer um cronograma e começar a votar os projetos.

— As matérias que estão prontas serão prioritariamente apreciadas. A partir de amanhã [hoje] nós vamos apreciar um cronograma para que a gente possa seguir com a Agenda Brasil — disse o presidente do Senado.

Comissão deve iniciar análise da LDO de 2016

A Comissão Mista de Orçamento deve iniciar hoje, às 14h, a análise do relatório da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016. A impositividade das emendas de bancadas foi uma das inovações introduzidas pelo relator, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE). Porém, reduziu de 0,8% para 0,6% da receita corrente líquida de 2015 o limite da execução obrigatória da emenda priorizada pela bancada de uma obra ou empreendimento de caráter estruturante em andamento ou com projeto executivo aprovado.

O relator decidiu transferir para o Anexo de Metas e Prioridades as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Brasil sem Miséria. A definição das ações prioritárias do Executivo para 2016 ficará a cargo do Plano Plurianual (PPA) 2016–2019, que tem que ser enviado pelo governo ao Congresso até o

próximo dia 31.

Teobaldo reduziu para R\$ 43,834 bilhões a meta de superávit para o conjunto do setor público (União, estados e municípios). O número, que equivale a 0,7% do PIB, é 65% inferior aos R\$ 126,731 bilhões previstos no parecer anterior. A alteração seguiu a revisão da meta anunciada pelo Executivo.

Teobaldo também retomou o texto previsto nas propostas de diretrizes orçamentárias dos dois últimos anos, que permite ao governo reduzir a meta em função de despesas do PAC. No caso das estatais, não houve mudança: não estão obrigadas a obter superávit em 2016.

O parecer do relator sugere alterações nas regras de piso de investimentos para a saúde, estabelecendo como referência o limite empenhado (reservado para liquidar compromissos assumidos) em 2015. Os recursos da saúde devem

agora priorizar a conclusão de projetos em andamento, funcionalidade da estrutura já instalada e priorizar locais com maior necessidade e planejamento regional para novas unidades de saúde.

O parecer abrandou as regras para convênios com entidades sem fins lucrativos. Entidades na área da saúde custeadas com recursos públicos a partir de 2013 ficam dispensadas de algumas condições, como atendimento direto e gratuito ao público.

O adendo ao relatório da proposta da LDO de 2016 propõe que o aumento dos salários dos servidores públicos federais deverá seguir distribuição proporcional entre os Poderes e ter como parâmetro a despesa com a folha de pagamento em março de 2015. Pelo relatório, os projetos de reajuste de servidores deverão iniciar a tramitação no Congresso no máximo até sexta.

Comissão quer grupo estrangeiro no setor aéreo

Especialistas que desenham anteprojeto do Código Brasileiro de Aeronáutica propuseram que 100% do capital das empresas nacionais possa ser aberto para companhias de fora

A COMISSÃO DA Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) aprovou ontem a abertura de 100% do capital das empresas aéreas do país ao capital estrangeiro, hoje limitada a 20%. A sugestão ainda será submetida a outros serores da Casa antes de integrar a versão final do projeto de lei a ser analisado pelo Senado e pela Câmara.

A abertura total ao capital estrangeiro foi aprovada com 9 votos, contra 6 votos favoráveis à abertura de 49%.

Presidente da comissão, o advogado Georges Ferreira esclareceu que o assunto “não está exaurido” e disse que a abertura ao capital estrangeiro poderia ser gradual, como forma de favorecer a adaptação das empresas às novas regras.

— O debate vai acalorar. Ainda teremos o texto da comissão, da comissão jurídica e da própria Consultoria do Senado — afirmou.

Ferreira considera que a abertura do capital não implica prejuízos às empresas nacionais, visto que o Brasil dispõe de órgãos reguladores da atividade econômica, ao contrário dos Estados Unidos. Ele observou que várias empresas estrangeiras já operam no país na condição de multinacionais, com vantagens à economia local.

— É importante analisar os benefícios. Temos que ver investimentos em linhas aéreas, em táxis-aéreos, em atividades econômicas que podem ser ampliadas com a



Conduzem a reunião a relatora, Maria Helena Rolim, o presidente, Georges Ferreira, e o vice, Doriêdo dos Prazeres

entrada de capital estrangeiro. Já temos empresas no Brasil praticamente controladas pelo exterior. Elas vão ter que atender à legislação trabalhista, à legislação tributária — afirmou.

A abertura do capital também foi defendida pelo vice-presidente da comissão de especialistas, Doriêdo Luiz dos Prazeres. Ele citou um estudo do consultor legislativo do Senado Victor Carvalho Pinto sobre o marco regulatório da aviação, segundo o qual a manutenção de qualquer limite ao capital estrangeiro contraria a Constituição, por impor restrições à atividade econômica.

No entender do advogado Nilson Lautenschlager, o Brasil precisa de capital estrangeiro, visto que não dispõe de capital próprio abundante, como os Estados Unidos.

— Com a abertura total, o volume disponível de dinheiro será maior. Mas não se pode esquecer a posição do mercado brasileiro. A abertura total e imediata é perigosa, pode fazer estrago grande. A necessidade é de graduar no tempo a abertura. Precisaria atentar para essa possibilidade, para que o mercado nacional se reestruture e possa competir com igualdade de condições.

Responsabilidade

Diretor no Brasil da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), Carlos Ebner cobrou responsabilidade na definição do limite de participação do capital estrangeiro na aviação brasileira, que se encontra em “fase crescente, ainda não madura”. Ele observou que o limite é de 25% nos EUA e de 49% na Europa.

— O Brasil é o quarto maior mercado doméstico do mundo. Os EUA, grande defensor dos céus abertos, requerem hoje competição justa. As empresas do Oriente Médio se estabeleceram e não têm custo social, greve, impostos. Isso cria uma grande diferença na competição.

Representante dos aeronautas, José Adriano Castanho Ferreira opinou que a abertura irrestrita não compensa, citando como exemplo a privatização das Aerolíneas Argentinas, que “voltaram para o Estado com bilhões de dólares de prejuízos”.

— Temos um momento de baixa demanda. Não tem governo que segure empresas estrangeiras no país. Há fusões de empresas, intercâmbio de aeronaves, liberdade de matrícula, liberdade de licença. Esses assuntos estão correlacionados.

Proposta permite que área de aeroporto seja usada sem licitação

A comissão também aprovou a permanência no Código Brasileiro de Aeronáutica do dispositivo que prevê dispensa de concorrência pública para a utilização de áreas aeroportuárias pelos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos públicos, para suas instalações de despacho, escritório, oficina e depósito, ou para abrigo, reparação e abastecimento de aeronaves.

Especialista em segurança da aviação e integrante da comissão, AntônioIVALDO Machado de Andrade defendeu a dispensa de licitação, visto que a falta de espaço pode inviabilizar o negócio das empresas.

A decisão, porém, foi criticada por Tércio Ivan de Barros, da Infraero, por entender que a medida pode causar prejuízo ao governo.

A comissão volta a se reunir na próxima segunda-feira. A expectativa é que os trabalhos sejam concluídos até dezembro deste ano.

Sugestões para o trabalho da comissão podem ser enviadas para o e-mail cercba2015@gmail.com.

Regra para escolher membro do Carf pode mudar

A CPI que investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) se reúne às 11h para analisar a redação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda as regras de escolha dos conselheiros.

O Carf é vinculado ao Ministério da Fazenda e julga recursos administrativos dos contribuintes contra autuações fiscais da Receita. É um tribunal no qual os contribuintes podem questionar cobranças antes de baterem às portas do Judiciário. O colegiado tem 144 conselheiros titulares.

A iniciativa de elaborar a PEC partiu de Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Pela proposta, os conselheiros deverão ser bacharéis em direito, com no mínimo cinco anos de atividades na área tributária, e aprovados em concurso público de provas e títulos.

Estados, Distrito Federal e

municípios deverão adotar o mesmo modelo para os correspondentes órgãos administrativos fiscais.

Na sugestão de PEC, o senador lembra que é urgente a reestruturação do Carf e que a proposta vai estabelecer parâmetros mínimos e objetivos para a investidura dos conselheiros nos cargos.

A PEC prevê que o Congresso produza uma lei complementar para disciplinar o processo administrativo fiscal aplicável a estados e muni-

cípios, o que deverá ocorrer dentro de 90 dias a partir da publicação da emenda, caso venha a ser aprovada.

O escândalo no Carf estourou no fim de março, quando foi deflagrada a Operação Zelotes, da Polícia Federal, que descobriu um esquema de corrupção no órgão. Alguns conselheiros suspendiam julgamentos e até mudavam votos em favor de empresas em troca de propina. Participavam do esquema ex-conselheiros e funcionários públicos.



Sugestão da PEC foi de Ataídes, presidente do colegiado; Vanessa é a relatora

CPI ouvirá jornalistas hoje sobre situação do futebol brasileiro

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol fará a primeira audiência pública hoje, quando receberá os jornalistas Jamil Chade, José Cruz, Juca Kfourri e Sérgio Rangel. Especializados na cobertura da política do futebol, eles falarão sobre as denúncias que são alvo da CPI e analisarão o cenário atual do esporte no Brasil.

Jamil é correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Suíça, onde acompanha as atividades da Fifa. Cruz é repórter do portal de notícias UOL e também cobre esportes olímpicos. Kfourri é colunista do jornal *Folha de S. Paulo* e comentarista da rádio CBN e da emissora ESPN Brasil. Rangel é colunista da *Folha de S. Paulo*.

O plano de trabalho do relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), prevê audiências com convidados

de diferentes segmentos do futebol brasileiro para discutir a situação do esporte em várias frentes. De acordo com o senador, essas oitivas servirão para embasar os questionamentos da comissão aos investigados e a elaboração de propostas para melhorar o futebol no país.

A CPI, presidida por Romário (PSB-RJ), foi criada para investigar irregularidades em contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), na organização da Copa das Confederações de 2013 e na Copa do Mundo de 2014. Além disso, o colegiado deve acompanhar a operação do FBI a respeito da corrupção entre dirigentes da Fifa, que prendeu na Suíça o ex-presidente da CBF José Maria Marin, entre outras autoridades.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Brasil pede mudanças, afirmam senadores

Protestos de domingo em todo o Brasil foram vistos como legítimos e sinal de que país quer uma nova política e saídas para a crise. Para Renan, é hora de ouvir as ruas

AS MANIFESTAÇÕES EM todo o Brasil no domingo contra o governo federal repercutiram ontem no Plenário. Para os senadores, o movimento das ruas mostra a insatisfação do povo com a corrupção e com as crises política e econômica que o país enfrenta.

Os parlamentares, que consideraram os protestos legítimos, destacaram também que os brasileiros querem mudanças políticas e mais avanços sociais. Eles apontaram ainda o diálogo como um dos caminhos para o Brasil sair da crise.

Em entrevista, o presidente

do Senado, Renan Calheiros, afirmou que governantes e parlamentares precisam prestar atenção nas reivindicações apresentadas pela população nas manifestações de domingo e responder a elas com propostas concretas.

— É hora de ouvir a população, ouvir as ruas, recolher

seus sentimentos e agir, sugerir caminhos, é isso que o Legislativo precisa fazer — disse Renan.

Sobre críticas que foram feitas a ele por manifestantes sobre um suposto acordo político com o governo federal, Renan afirmou que se trata de “um exercício da democracia

que todos precisam garantir”.

Para Renan, propostas como a Agenda Brasil são respostas aos anseios da população e às dificuldades econômicas do país. A agenda foi apresentada por Renan na semana passada, com o objetivo de sugerir ao governo caminhos para a retomada do crescimento.

Aloysio Nunes vê “motivos suficientes” para pedido de impeachment

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou ontem que há motivos suficientes para a Câmara analisar eventual pedido de impeachment de Dilma Rousseff. A seu ver, a prática de crime de responsabilidade pela presidente da República deve fundamentar o pedido, que ainda precisa do apoio de 342 deputados federais.

Ele acrescentou que Dilma sabia do que acontecia na Petrobras e, mesmo após ter assumido a Presidência da República, manteve os diretores acusados de corrupção na estatal. Aloysio comentou ainda que os protestos de domingo mostram a insatisfação dos brasileiros com a corrupção, o governo Dilma e os efeitos sociais da crise, especialmente inflação e desemprego.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Manifestações de domingo não devem ser ignoradas, avalia Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que as manifestações de domingo não devem ser ignoradas. Ele acredita ser preciso investir no diálogo para buscar uma saída para a crise. Um pequeno aceno foi feito no caminho do diálogo, destacou, quando a presidente Dilma convidou Cristovam e um grupo de senadores independentes para conversar na semana passada.

O grupo apresentou uma carta com sugestões para a crise no país. O senador destacou que a presidente ouviu a todos e pareceu sensível às colocações.

— Eu creio que foi um ponto importante, bom, positivo. Eu estou satisfeito de ter feito aquele gesto — disse Cristovam.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias afirma que caminhada para a mudança é irreversível

Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que as manifestações demonstraram que o Brasil e o povo estão caminhando de forma irreversível para uma mudança. O senador afirmou que a mudança é inevitável e poderá ocorrer pelo impeachment, que considerou um pressuposto constitucional da reivindicação popular, pela renúncia do mandato da presidente ou pela cassação de sua chapa por crimes eleitorais. Ou, por fim, pelas eleições em 2018.

— Essas são as alternativas para a mudança. Mais cedo ou um pouco mais tarde, a previsão é de que o povo brasileiro fará a mudança desejada e levada como apelo às ruas do país. O modelo realmente se esgotou, faliu.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe incentiva a população a fiscalizar uso do dinheiro público

Em reunião com a presidente Dilma Rousseff, na semana passada, o João Capiberibe (PSB-AP) apontou a contradição do governo quanto ao reajuste da tarifa de energia como equívoco da campanha eleitoral do ano passado, o que refletiu na insatisfação da sociedade com a presidente, disse Capiberibe ontem.

O senador, no entanto, apontou fato positivo do encontro: Dilma disse não temer as investigações e assegurou que elas continuarão, o que revela, para ele, o fortalecimento da democracia no Brasil. Capiberibe avaliou que os brasileiros desconfiam das instituições. Por isso, defendeu a criação de comitês de fiscalização do uso do dinheiro público Brasil afora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros: quem deve encontrar a saída da crise é o governo, não o Congresso

José Medeiros (PPS-MT) afirmou que o país enfrenta um cenário grave, que deve provocar reflexão porque a presidente da República está sob pressão e sem sustentação popular. Para o senador, achar a saída para esta crise é responsabilidade do Executivo, não do Legislativo.

Na visão de Medeiros, uma das causas da crise foi o gasto exagerado do governo em programas que o país não tinha como manter, como a desoneração da folha de empresas de alguns setores.

Com a redução dos encargos trabalhistas, observou o senador, esperava-se que os empresários ficassem com mais dinheiro e investissem mais no país. Só que isso não aconteceu, lamentou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

País se deu conta do risco da corrupção e da situação econômica, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) classificou de plurais e legítimas as manifestações de rua no domingo. Segundo o senador, o povo mostrou sua indignação, principalmente contra a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula.

Ele ressaltou que o país acordou para os riscos da corrupção e da crise política e econômica. Para ele, o lançamento da Agenda Brasil mostra que o caminho está aberto para o diálogo.

— A população está despertando para o que realmente está em jogo, está se dando conta de que a disputa eleitoral acabou e que o futuro do Brasil passa pelo fortalecimento das instituições democráticas, pelo combate da corrupção e por uma agenda positiva.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Cássio, Dilma deveria renunciar ao mandato, como “gesto de grandeza”

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que a presidente Dilma Rousseff deveria fazer um “gesto de grandeza” e renunciar. Para ele, as manifestações revelaram o sentimento de mudança do povo e que só um governo deslocado da realidade não compreenderia o recado.

Para ele, a falta de credibilidade do governo é um obstáculo quase intransponível para o país sair da crise.

— O que queremos é encurtar o tempo de crise. E a forma mais eficaz seria um gesto de grandeza da presidente da República, com a renúncia do mandato, para que pudéssemos ter um novo governo legitimado e com credibilidade para fazer a concertação de que o país precisa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Raupp, protestos mostram que brasileiro quer mais avanços sociais

Valdir Raupp (PMDB-RO) exaltou o clima pacífico que dominou as manifestações de domingo e ressaltou que elas demonstram que mudanças precisam ser feitas com rapidez, sabedoria e firmeza.

Segundo Raupp, o governo tem se esforçado em propor uma agenda positiva, como a destinação de verbas para a geração de energia, transporte e portos. Só que as manifestações, disse, demonstram que o povo quer mais avanços, como melhorias na saúde, educação e mobilidade urbana.

— Eu torço muito para que o governo encontre um caminho, para que possa colocar essa agenda positiva para funcionar, com mais desenvolvimento e investimentos — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão pode concluir exame da reforma política da Câmara

Encerrar os debates e votar o projeto já aprovado na Câmara que também altera a legislação partidária, eleitoral e política é o objetivo da Comissão da Reforma Política esta semana. A reunião hoje será às 14h30.

A comissão definiu que vai acrescentar ao PLC 75/2015 trechos de propostas já aprovadas no colegiado e no Plenário do Senado. A intenção é dar mais rapidez à análise da

reforma no Congresso e possibilitar a aprovação dos projetos e as respectivas sanções presidenciais até setembro. Se o calendário for cumprido, as novas normas podem ser aplicadas nas eleições municipais do ano que vem.

Uma emenda ao texto é a que prevê a criação de federação de partidos. Se a ideia virar lei, duas ou mais siglas poderão se juntar e funcionar

como um só partido, como esclareceu o presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC).

— Terão direito ao tempo de televisão e ao Fundo Partidário. Com isso, quem sabe, três, quatro ou cinco partidos vão estar com suas próprias identidades, mas atuando como se fossem um único partido — afirmou o senador.

O acesso ao Fundo Partidário pode ficar mais complicado

para os partidos com pouca representação. O projeto diz que apenas terão direito ao rateio as legendas com diretórios permanentes em até 10% dos municípios em pelo menos 14 estados até 2018 e em 20% dos municípios em 18 estados até 2022.

A comissão deve analisar ainda uma proposta de emenda à Constituição, também já aprovada na Câmara, com regras

para a reforma política. A PEC prevê o fim da reeleição para o Executivo, regulamenta a doação de empresas para partidos políticos e estabelece a impressão dos votos, entre outros. O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), considera o último ponto polêmico:

— Vamos ter que discutir isso com bastante cuidado, porque não sei se é a melhor opção neste momento.

“Guerra contra o crime é política equivocada”

Promotor de justiça disse que ações de segurança pública precisam ser revistas porque o resultado do atual modelo de guerra só produz mortes e não reduz a violência

A CADA DEZ minutos, um brasileiro morre assassinado. As vítimas são, na maioria, jovens de 15 a 29 anos, negros e pobres — moradores de favelas. Trata-se da perpetuação da lógica racista do período escravagista. Uma pesquisa de 2013 mostrou que pelo menos cinco pessoas morrem por dia em confrontos com a polícia.

Os dados foram apresentados ontem pelo promotor de justiça do Distrito Federal Thiago Pierobom e pelo coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro Ibis Silva Pereira, em depoimento à CPI do Assassinato de Jovens. A situação é prova, de acordo com eles, da necessidade de o país rediscutir a política de segurança pública e o papel do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Para o coronel Pereira, é um erro restringir a segurança pública à atuação da polícia. Ele defendeu mudanças, inclusive para evitar que o país siga multiplicando o número de presos.

— É assim que vamos construir uma sociedade livre? É encarcerando? A principal função do Judiciário no estado democrático de direito é impedir e frear o poder punitivo. Essa

calamidade e esse morticínio são a maior prova do quanto temos que caminhar para sermos um estado democrático de direito — analisa.

O promotor Pierobom admitiu a timidez do Ministério Público na fiscalização das políticas de segurança pública e no controle externo da atividade policial. Segundo ele, esta última ação existe apenas onde há estruturas especializadas para tal, como o Distrito Federal.

— Houve uma resistência gigante por parte das organizações policiais ao exercício do controle externo. Nenhuma instituição gosta de ser controlada, mas aqui no Distrito Federal tivemos importantes avanços com esse trabalho — disse ele, lamentando, porém, que a maioria dos estados não tenha criado unidades especializadas do Ministério Público.

A presidente da CPI do Assassinato de Jovens, Lídice da Mata (PSB-BA), quis saber se há saídas de curto prazo para uma situação que considera calamitosa:

— Nós que vivemos nas grandes cidades experimentamos a dualidade entre uma população que deseja a ação da polícia



A senadora Lídice da Mata fala na audiência pública, entre o coronel da PM Ibis Silva Pereira e o promotor Thiago Pierobom

para coibir a bandidagem, mas teme a polícia, especialmente na periferia — disse a senadora.

Pierobom sugeriu protocolos e rotinas que garantam uma investigação isenta dos crimes cometidos por policiais, uma vez que há uma tendência de o sistema penal proteger o réu.

— Há a necessidade enorme de se reformular a política de segurança pública. Temos uma política marcada pela ideia securitária de guerra contra o crime e a guerra produz suas vítimas. Produz suas vítimas na população e nos próprios policiais — lamentou o promotor.

Telmário Mota (PDT-RR) levou ao debate contribuições recebidas pelo Alô Senado. Um telespectador do Distrito Federal quis saber o que os dois especialistas em segurança pública pensam da redução da maioria penal.

— A redução da maioria penal é um paliativo, pois não ataca a raiz do problema. Se o problema da nossa segurança pública fosse mais encarceramento, já teríamos resolvido todos eles, porque somos quase campeões internacionais de número de presos — respondeu Pierobom.

Sobre a política de repressão à drogas e a atuação dos policiais, o coronel Pereira afirmou que os agentes de segurança vivem com medo, pois estão em guerra.

— Submeter seres humanos a viver com medo tem um preço. No Rio, morreram 14 [policiais] neste ano em áreas pacificadas. O resultado disso é ódio, chacina, justiça. No Brasil, só 5% dos inquéritos policiais chegam a algum lugar. A pessoa acaba fazendo justiça com as próprias mãos, seja ela policial, seja ela moradora de classe média.

Texto veta contratação pública de projetista que falhar em obra

A responsabilização de projetistas e consultores por danos decorrentes de falhas de projeto, orçamento ou parecer é uma das novidades previstas em projeto (PLS 56/2012) que deve ser examinado pela Co-

missão de Infraestrutura (CI) amanhã às 8h30. A intenção do autor, o ex-senador Pedro Taques, hoje governador de Mato Grosso, foi estabelecer um novo marco legal para a contratação de serviços na

administração pública.

Por erros ou omissões de projeto, conforme a proposição, os responsáveis por projetos técnicos de engenharia e arquitetura serão proibidos de prestar serviços à admi-

nistração pública, direta ou indiretamente, por até dois anos. A proposta sujeita à mesma sanção os executores, supervisores e fiscais de obras quanto a descumprimento de especificações, inclusive dimensões e padrão de qualidade dos materiais e serviços, e medições que excedam o efetivamente executado.

O relator da matéria, Paulo Bauer (PSDB-SC), em análise favorável, acolheu sete emendas aprovadas antes na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Porém, considerou necessário incluir outra para eliminar a possibilidade de extensão imediata, aos sócios, de penalidades aplicadas às empresas contratadas. Ele acredita que a regra

promove a desconsideração da personalidade jurídica.

“O alcance de todo e qualquer sócio da empresa sem que tenha agido com dolo ou culpa ou sequer tenha poder de gestão da pessoa jurídica nos parece um excesso. Nesse sentir, propomos emenda para incluir a necessidade da ação dolosa ou culposa do sócio para que a pena também o atinja”, justifica.

O texto recebeu parecer favorável na CAE em agosto do ano passado. Depois da análise na CI, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde a decisão é terminativa. Se aprovada e não houver recurso para o Plenário, seguirá para análise da Câmara.

Caminhoneiros podem ter isenção de IPI em compra de veículo

Também está na pauta o PLS 235/2015, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os caminhões de fabricação nacional que transportam cargas. A isenção vai durar até 2020 e só pode ser revogada por outra lei aprovada pelo Congresso. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), é a favor do projeto.

Pelo texto, os veículos devem ter sido adquiridos por motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, atividade de transportador. A isenção do IPI poderá ser usada apenas uma vez a cada cinco anos.

“A ideia é promover isonomia entre caminhoneiros e taxistas, categoria há anos beneficiada pela isenção de IPI na compra de veículos”, justifica o autor.

Depois da CI, o texto segue para a CAE, em decisão terminativa.

Outro projeto na pauta pretende assegurar isenção de impostos federais a equipamentos de geração de energia fotovoltaica e eólica de pequeno porte (PLS 475/2013). A proposta, de Lídice da Mata (PSB-BA), vai a exame com parecer favorável do relator, Elmano Férrer (PTB-PI).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sagraf)



Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paim (4º à dir.) pretende votar proposta na CCJ amanhã e no Plenário, no mais tardar, semana que vem

Paulo Paim quer acelerar votação de proposta que previne incêndios

Audiência na Comissão de Direitos Humanos reuniu parentes das vítimas da tragédia da boate Kiss e representantes dos bombeiros

QUASE TRÊS ANOS depois da tragédia na boate Kiss, em Santa Maria (RS), parentes das vítimas do incêndio continuam aguardando uma legislação do Congresso que evite que fatos como aquele se repitam. Uma das esperanças é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 33/2014, que define procedimentos obrigatórios de prevenção e combate a incêndio e define responsabilidades em caso de acidentes. A proposta foi tema de debate da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem.

O projeto já passou pela Câmara no fim de 2013 e agora tramita no Senado, onde espera parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se depender do relator, Paulo Paim (PT-RS), a votação deve ocorrer amanhã.

— Tentei mostrar para todos que o projeto pode não ser o ideal, mas o possível. Talvez a gente faça uma emenda de redação e uma supressiva para que a proposta não tenha que retornar à Câmara. Dá para votar na quarta-feira na CCJ e ainda neste mês no Plenário, mediante um requerimento de urgência, visto que já há entendimento dos líderes.

O senador relatou o lobby de grupos econômicos para que a proposta não avance.

— Há quem tente impedir a tramitação de projetos que contrariem seus interesses. Não é justo com o Brasil e com os familiares. Mas estou

comprometido com a causa e não terá lobby que vai atrapalhar — disse Paim, que não pretende mais fazer audiência pública sobre o assunto.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que é testemunha do esforço de Paim, mas a pressão de interesses econômicos e a falta de vontade política impediram até agora a votação no Senado.

Ele acredita que o projeto não é perfeito, mas pode ser considerado bom, com novidades quanto à responsabilização de autoridades.

— O projeto não foi votado porque não querem que seja votado. Levar para o Plenário é decisão política do presidente, dos líderes. Muitas matérias vão a votação sem parecer conclusivo nas comissões — afirmou o deputado, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Lei moderna

O representante do Núcleo Missões de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss, Jorge Luis Malheiros, disse que a tragédia tem que servir de exemplo. Segundo ele, uma lei moderna poderia evitar o “jogo de empurra” que está ocorrendo em Santa Maria e que tem resultado na impunidade dos responsáveis.

Emocionado, Malheiros, que perdeu uma filha de 18 anos no incêndio, disse que o

crime dela foi ter participado de uma festa num local que as autoridades de Santa Maria diziam estar regularizado, mas não estava:

— Estava tudo errado. Temos que tirar dali as lições para mudar, com uma legislação profunda, com resposta do poder público àquela barbárie. Esse projeto tem que contemplar as responsabilidades para que não se repita uma caça de gato ao rato, em que cada um empurra a responsabilidade e ninguém assume nada — lamentou.

Falta de prevenção

O presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, Armando Henrique, defendeu a aprovação de uma legislação harmônica, visto que cada estado e município tem normas específicas. Ele lamentou o fato de existirem no Brasil milhares de casas de shows que nem sequer têm uma gestão de prevenção de acidentes:

— Nós temos as ferramentas na mão. O que falta é união de esforços e ação integrada. Cada lugar tem uma legislação diferente, mas o material que pega fogo em Manaus também pega fogo em Brasília e a maneira de extinguir o incêndio não varia muito — afirmou.

Armando Henrique, assim como o representante dos bombeiros civis do Distrito Federal, Francisco José Antônio da Silva, defendeu a mudança

de cultura na sociedade brasileira, o que, segundo eles, será possível ensinando às crianças desde a pré-escola a importância da cultura prevencionista.

Um dos acidentes mais trágicos do Brasil, o incêndio em Santa Maria ocorreu em janeiro de 2013 e deixou 242 mortos e 680 feridos.

O fogo começou quando um dos integrantes da banda Gurizada Fandangueira acendeu um sinalizador de uso externo no interior da boate. As faíscas atingiram a espuma do isolamento acústico e as chamas tomaram conta do estabelecimento, que estava superlotado e não tinha saídas de emergência.

A audiência contou ainda com a participação do representante da multinacional 3M, Aldemiro Ferreira, que apresentou novas tecnologias no combate a incêndios; e do coronel Alexandre Costa Oliveira, subcomandante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que defendeu mais investimentos nas instituições dos estados.

Também participaram o presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis (CNBC), Ivan Campos, que criticou o sistema militarizado e estadual dos corpos de bombeiros adotado no Brasil; e o representante do Ministério da Justiça, Anael Jacob, que informou as ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública para o setor.

Ângela elogia atuação de fundo para educação

Ângela Portela (PT-RR) destacou encontro de prefeitos e secretários de Educação de Roraima com o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Idilvan Alencar, neste mês, sobre a administração do dinheiro do fundo, destinado à construção de creches e quadras esportivas, ao transporte e à alimentação escolar.

— Uso os R\$ 512 milhões repassados para transporte e alimentação escolar nos estados, municípios e DF para destacar o trabalho que o FNDE vem desenvolvendo com os gestores públicos.



Senador cobra solução para dívida gaúcha

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender solução para a dívida do Rio Grande do Sul, para ele impagável, já que o estado contraiu, em 1998, dívida de R\$ 9,7 bilhões, pagou R\$ 22 bilhões e ainda deve R\$ 47,2 bilhões.

Uma solução possível, segundo Paim, é o projeto do ex-deputado Hermes Zaneti, que propõe como único encargo a atualização monetária da dívida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na prática, uma repactuação da dívida que beneficiaria o estado e os municípios gaúchos.

— Que a sociedade perceba que a dívida é impagável.

Hélio José pede reservatório para hidrelétricas

Hélio José (PSD-DF) pediu apoio para aprovar projeto que cria uma série de reservatórios que contribuirão com as barragens das hidrelétricas, de modo a regularizar o nível das águas.

O senador propôs uma revisão da política de construção de usinas a fio d'água, que são mais vulneráveis à irregularidade no regime de chuvas.

— Aquiesceu-se à construção de usinas a fio d'água, que nos obrigam a acionar usinas térmicas a petróleo, cujo quilowatt é caríssimo.



Fotos: Waldemir Boreto/Agência Senado

Proteção de dado pessoal na web é tema de debate

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) faz audiência pública hoje para exame do PLS 330/2013, que regulamenta a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais de cidadãos brasileiros na internet. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP),

deu voto favorável, na forma de substitutivo.

Estão convidados para o debate Laura Schertel Mendes, do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), especialista em direito aplicado à internet; Renato Cruz, cientista da computação e colunista do jornal *Estado de S. Paulo*; o

promotor de justiça Frederico Meinberg Ceroy, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital (IBDDIG); e Leandro Vilain, diretor de Política de Negócios e Operações da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Também foram convidados Carol Conway, diretora do

Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet (Abranet), e um representante da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom) do Ministério da Justiça.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Inscrição para o Jovem Senador acaba na sexta

Escolas estaduais têm só esta semana para enviar redações para as secretarias de Educação. Senado escolherá um aluno de cada estado para passar uma semana em Brasília

ENCERRA-SE NESTA SEXTA-FEIRA o prazo para que as escolas encaminhem as redações selecionadas no Programa Jovem Senador para as secretarias estaduais de Educação. Os três melhores textos de cada estado serão enviados a Brasília.

— Só valerá o que chegar às secretarias até essa data de postagem nos Correios. Aqui, uma comissão julgadora do Senado escolherá a melhor redação de cada estado — explica Marcia Yukiko, da Secretaria de Relações Públicas do Senado.

Os 27 autores vitoriosos se transformarão em jovens senadores. O resultado final deverá ser divulgado até 14 de outubro.

O Jovem Senador é um projeto anual que incentiva a participação de estudantes na política. Por meio de um concurso nacional, 27 estudantes



Observados pelo diretor-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, os jovens senadores de 2014 discutem projetos no Plenário

têm a oportunidade de vivenciar o trabalho dos senadores.

O projeto seleciona as melhores redações de estudantes de até 19 anos do ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal.

A cada ano é proposto um tema de redação como forma de ingresso. Para a edição de 2015, os alunos deverão escre-

ver sobre “Participação política no Parlamento, nas ruas e nas redes sociais”.

A legislatura tem duração de três dias e inicia-se com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa. Os trabalhos são encerrados com a aprovação dos projetos e a consequente publicação deles no *Diário do Senado Federal*. Neste ano, o

projeto chega à quinta edição.

Além da viagem a Brasília, medalha e certificado, outros prêmios também estão previstos para os estudantes (notebook), os professores (tablet) e para as escolas (computadores para as três primeiras classificadas nacionalmente).

Suyanne Giroto, estudante de Santa Catarina, participou

do projeto em 2014. Da experiência resultou uma visão diferente da que ela tinha antes sobre política.

— Antes era um pouco desvalorizada por mim, mas após ter sido jovem senadora eu percebi o quanto política é importante para a sociedade. Também vi a grande importância que tem um senador e a grande responsabilidade dele diante dos cidadãos — afirmou.

O site do Jovem Senador tem publicado depoimentos também em vídeo de alunos que já participaram. É possível ainda conferir o perfil dos estudantes que foram jovens senadores e ler as redações que garantiram espaço no projeto.

O site agora também oferece links para cursos on-line sobre o Poder Legislativo, destinados aos professores orientadores das redações.

Senadores acompanham organização e orientam estudantes

O Projeto Jovem Senador conta com uma comissão própria, integrada por parlamentares de vários partidos, cuja composição pode ser alterada a cada edição do projeto.

O grupo delibera sobre os assuntos relativos à organização e à execução do projeto, incluindo as normas que o regulam e eventuais mudanças.

Os integrantes da comissão acompanham também todas as etapas de desenvolvimento, auxiliam na divulgação e na promoção da iniciativa, participam dos eventos relativos ao projeto, como a solenidade

de posse, prestam informações, concedem entrevistas e apoiam os alunos durante a simulação de Plenário, feita em Brasília, em novembro.

Missão

Para o atual presidente da comissão, Eduardo Amorim (PSC-SE), o projeto estimula a conscientização dos estudantes para a compreensão da política como “um instrumento de justiça e de transformação social”.

— Política não é amor ao poder nem profissão. Política tem que ser missão. Quem sabe se, com um programa

como este, a gente não tenha novos missionários?

O senador faz um apelo aos estudantes para que se inscrevam no projeto, conheçam o Congresso e participem das atividades parlamentares. Ele lembrou que as edições anteriores foram valiosas e, quanto mais o jovem procura, maior possibilidade de formação política e cidadã ele tem.

— Quem sabe com esse incentivo, com essa visão, com esse conhecimento eles poderão ser um dia um deputado, um senador e, assim, ajudar o país a chegar à dignidade merecida.



Presidente da comissão que organiza o projeto, Amorim quer estudantes conscientes

Ideias de alunos viram projetos

Dois projetos de lei do Senado foram elaborados a partir de sugestões de participantes do Projeto Jovem Senador. No fim do ano passado, eles foram aprovados e encaminhados à Câmara dos Deputados.

Um deles obriga os professores em exercício ou contratados para lecionar no ensino básico a comprovar qualificação. O outro determina que estudantes com baixo rendimento escolar sejam incluídos em plano de recuperação especial.

O PLS 185/2012 nasceu de uma sugestão feita em 2011 pela estudante baiana Adriele Souza. O objetivo do projeto é modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para assegurar expressamente a comprovação de qualificação pelos professores. Ou seja, obriga o Estado a prover

professores qualificados no sistema educacional.

O PLS 467/2012, que determina que estudantes com baixo rendimento escolar sejam incluídos em plano de recuperação especial, surgiu de ideia da jovem senadora Rafaela de Souza e Silva, que participou do projeto em 2011, representando Mato Grosso.

De acordo com o texto, os sistemas de ensino precisam identificar, até o final do primeiro bimestre letivo, os estudantes dos ensinos fundamental e médio com baixo rendimento ou baixa frequência, para incluí-los em plano de recuperação.

O plano prevê a ampliação do horário escolar, a visita de educadores ao ambiente familiar e, quando necessário, a assistência psicológica aos estudantes.

Professores ganham curso sobre o Legislativo

Neste ano, o Projeto Jovem Senador começou uma parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para oferecer dois cursos de educação a distância aos professores orientadores das redações. Os cursos sobre o Poder Legislativo e sobre a política contemporânea estão disponíveis on-line na internet, com planos de aula, dicas de leitura, áudios e vídeos.

A professora Selma de Lourdes Cebalho El Chamy desenvolve na Escola Estadual União e Força, em Cáceres (MT), um projeto de leitura e escrita envolvendo alunos dos ensinos fundamental e médio. Graças a esse trabalho, ela foi orientadora da aluna Nathalia Janones, primeira colocada no concurso de redação do ano passado, com a redação “Uma educação que transforma”.

— Só diante do fato de pensar na possibilidade de a Nathalia ser selecionada para representar o nosso estado, já me sentia emocionada. Imaginem como fiquei quando soube que ela foi considerada a melhor do país. Foi indescritível o que senti no momento.

Para Selma, o Jovem Senador contribuiu para a formação de seus alunos.

— O tema proposto em 2014, “Se eu fosse senador...”, motivou a reflexão, a tomada de uma consciência mais crítica sobre inúmeras questões que afetam a população. E a manifestação de cada aluno representa um começo da participação na vida pública.

Envolver os professores, as escolas e a família para a educação política e a formação cidadã dos estudantes são os focos principais do projeto, diz

Marcia Yukiko, da Secretaria de Relações Públicas:

— Eles passam ter conhecimento de como é o Poder Legislativo e a partir daí pode agir: atuar na sociedade, na comunidade, no próprio ambiente escolar. Enfim, no dia a dia deles.

Saiba mais

Site Jovem Senador
www.senado.leg.br/jovemensenador

Regulamento do concurso 2015
<http://bit.ly/regulamentojS2015>

O dia a dia dos jovens senadores
<http://bit.ly/encarteJovemSenador>

PLS 185/2012
<http://bit.ly/PLS185de2012>

PLS 467/2012
<http://bit.ly/PLS167de2012>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/especialcidadania